

O que seria a obra de Rui Barbosa?

FLÁVIA BEATRIZ FERREIRA DE NAZARETH¹

O presente artigo apresenta parte da tese de doutorado que trata sobre o processo de modernização no Brasil na virada para o século XX. A trajetória política e intelectual de Rui Babosa é o fio condutor para a discussão dos diferentes encaminhamentos de modernidade no âmbito do Brasil e da América do Sul. Entendê-lo como um intelectual sul americano é elemento fundamental para a interpretação de sua obra.

Genericamente, a obra de um autor é compreendida como o conjunto de sua produção intelectual e/ou artística organizada cronologicamente ou por assuntos considerados mais importantes. Dialogando com o antropólogo Luiz de Castro Faria, iremos tornar mais complexo o conceito de obra para que possamos ter mais eficiência na pesquisa que busca, também, pensar a cerca do monopólio da imposição de uma determinada representação do Rui Barbosa e, por consequência, do Brasil.

Rui Barbosa está classificado como uma das personalidades incontornáveis ao se tratar do pensamento social brasileiro. Junto a ele estão outros representantes do pensamento social brasileiro da virada do século XX. Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nina Rodriguês entre outros, como, por exemplo, Oliveira Vianna que inicia sua projeção intelectual nos anos vinte.

Ao tornar a obra de Rui Barbosacomo um objeto para ser analisado a colocamos diante de novas interrogações e instrumentos de análise. A perspectiva relacional sugerida por Pierre Bourdieu nos trás ferramentas adequadas para a investigação do que seria o tal “pensamento social brasileiro” que para Castro Faria se mescla com o que seria a “tradição nacional”. Afinal nada sabemos de Rui Barbosa se não o relacionar com outras realidades.

¹ Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em História. Bolsista Pro-UNI.

O caminho para o intento proposto é relacionar os autores citados nos textos de Rui Barbosa, os editores, os críticos, as instâncias de consagração e o público leitor. Não perdemos de vista as várias temporalidades sobrepostas em uma determinada produção intelectual. Então, temos o tempo da produção, quando a obra sofre censura do próprio autor, o tempo do lançamento que demonstra o quanto aquelas ideias provocam adesão (ou repulsão) de determinados temas e ideologias de uma época e os tempos da atualização e re-atualização quando podemos perceber quais elementos do passado são chamados pelo presente em um movimento suscetível não só a uma medição de continuidade histórica como também capaz de apresentar deslizamentos de conceitos de um campo para outro. Também temos no nosso horizonte a sutileza da apropriação ideológica do discurso que provoca a possibilidade de uma interpretação atual ser adversa daquela que seria a interpretação do próprio produtor, o anacronismo.

Nesse ponto, localizamos na proposta da Fundação Casa de Rui Barbosa de cristalizar parte dos textos de Rui na coleção “Obras Completas” uma necessidade de ponderação.

A opção de organizar o vasto acervo de produção intelectual e pessoal de seu patrono por ordem cronológica em 1941 tem sua justificativa no campo da tecnologia da informação. Os volumes seguem por ano totalizando o número de cinquenta e, por vezes, tem diferentes tomos o que dá a coleção um total de mais de cem volumes. Com a preocupação de dar conta de toda a documentação existente, em 1968 inicia-se o “Setor Ruiano”.

A publicação dos volumes não seguiu uma ordem cronológica. Os pesquisadores envolvidos se guiavam pelos acontecimentos importantes, por facilidade de localização do material e pela oportunidade de assuntos. O primeiro volume a ser apresentado foi no ano de 1942 “Reformas no Ensino secundário e superior”, os textos datam de 1882. No ano de 1942 também ocorreram as reformas de ensino do Estado Novo conhecida como

“reforma Gustavo Capanema”. Coincidência? Não, seria um diálogo com o assunto da agenda política da década de quarenta.

No ano de 2007 em parceria com o Supremo Tribunal Federal a coleção “Obras Completas” foi digitalizada e se encontra disponível no site www.casaderuibarbosa.gov.br.

Os documentos originais podem ser resgatados do arquivo. Este é dividido em séries e são elas: Correspondência Geral, Ministério da Fazenda, Causas Jurídicas, Produção Intelectual, Documentos Pessoais, Segunda Conferência de Haia, Embaixada de Buenos Aires, Iconografia, Miscelânea e Documentação Complementar.

Esse movimento de preservação documental promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa busca demonstrar a obra de Rui Barbosa, contudo todo o esforço muito válido dessa instituição não passa de uma estratégia enciclopedista. Para o campo da história a categoria obra deve levar em conta todo um complexo de relações entre os temas, os tempos e os endereçamentos dos discursos de Rui Barbosa.

Rui Barbosa foi um orador. Muito do que hoje conhecemos como livros de sua autoria ou da Fundação Casa de Rui Barbosa não tinham esse formato quando produzidos. Por certo, os discursos por ele proferidos eram redigidos e editados por ele próprio, mas não se tornaram livros. Rui não tratava de teoria política. Um texto muito conhecido e que aqui iremos trabalhar é “A questão social e Política no Brasil”, revemos o tom de discurso político, mas que tomou proporções políticas interessantes.

Esse texto se encontra na sessão de textos on-line do sítio da Fundação Casa de Rui Barbosa. O livro virtual chama-se “O pensamento e ação de Rui Barbosa”, o conselho editorial é do Senado Federal. Os textos escolhidos para a publicação é da Fundação Casa de Rui Barbosa. Consta na capa eletrônica algumas especificações da

publicação e são elas: Biblioteca Básica, Clássicos da Política, Brasil 500, Memória Brasileira e O Brasil Visto por Estrangeiros.

O conjunto dessa publicação contém discursos, publicações e conferências feitas pelo Rui Barbosa em diferentes épocas de sua atuação política. O prefácio é de Mario Brockmman Machado, ex-presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (1983-1985). A data de produção do material não consta na capa e nem no sitio da internet.

A escolha por começar o estudo acerca da retórica política de Rui Barbosa com um texto de 1919 vai ao encontro da nossa grande tese de pesquisa. Para nós ele é um exemplo que intelectual comprometido com as ações do campo católico brasileiro. No discurso feito aos operários que iremos analisar com calma o Rui maduro se coloca claramente dentro do campo católico.

Assim, quando localizamos seus afetos, a hipótese inicial de um Rui Barbosa jansênico se demonstra de maneira clara. Antes de irmos ao texto devemos outra explicação de cunho teórico-metodológico. Ao complexificarmos junto a Castro Faria o conceito de obra, conseguimos perceber que muito dos esclarecimentos dados por Rui em 1919 confirma seu posicionamento das décadas finais do século XIX, quando ele ao traduzir a obra de Janus “O Papa e o Concílio” não se contém e produz o que seja talvez o seu único livro publicado que é o prefácio dessa polêmica obra.

Afirmamos que o prefácio de Rui Barbosa é a sua obra de maior expressão política. Não só porque o desejo de publicação foi tomado pelo próprio Rui Barbosa, mas, também porque ao se tratar de um prefácio não seja comum que tenha mais páginas do que a própria obra traduzida. O que está expresso lá são as possibilidades do encaminhamento da política nacional frente a desarticulação do Estado com a Igreja Católica e, mais ainda, a sua marca jansencia que coloca em questão a infalibilidade do Bispo de Roma. A história da Igreja Católica Romana no Brasil não esclarece o papel desse grupo, contudo ele existiu e “fazia” a cabeça de muitos intelectuais.

Tal é a força do campo católico na formação intelectual brasileira que os biógrafos de Rui Barbosa lançam uma luz muito forte na sua aparente inconstância religiosa, todavia não percebem que não se trata de oscilação de personalidade, mas sim de mudanças no interior do campo católico. Destacamos o momento de gestação do Centro Dom Vidal por volta dos anos vinte e o protagonismo de Alceu de Amoroso Lima neste Centro, Alceu era fã do intelectual baiano e o insere no campo católico romano.²

² Alceu Amoroso Lima cita Rui Barbosa em diferentes discursos feitos na Academia Brasileira de Letras.

Vale a pena ler o trecho do artigo de Simon Schwartzman, no qual pretende demonstrar a relação entre o Centro Dom Vital, criado em 1928, e a Pontifícia Universidade Católica, criada em 1941. Recorro ao recurso da citação por ser um assunto não tratado diretamente nessa sessão, mas que é que fundamental importância para compreendê-la.

A cena brasileira na década de 10 e, em especial, na de 20, ver-se-á assolada por uma intensa mobilização da sociedade civil. Revelando uma ambiência de insatisfação e de busca de novas alternativas, as camadas urbanas se organizam em partidos de âmbito estadual, em movimentos político-sociais, procurando impor seus projetos e demandas, que visavam ou à conservação ou à reformulação da ordem social vigente. Os conflitos sociais e a efervescência ideológica se manifestam nas greves operárias e no maior grau de perturbação provocado pelas campanhas presidenciais. O ano de 1922 é expressivo desse clima geral: presencia-se a concretização da inquietude cultural e estética com a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a agitação nos quartéis, colocando em cena os movimentos tenentistas. Esses grupos descontentes ignoravam ou excluía a Igreja de seus programas e soluções. Como assinala Iglésias, as camadas mais importantes da intelectualidade brasileira provinham, nesse momento, de círculos positivistas, evolucionistas ou, pelo menos, indiferentes ao catolicismo (1971, p. 132). Diante desse cenário em convulsão e sob a ameaça de se ver marginalizada do processo político nacional, as cúpulas eclesiástica e laica deslançam uma estratégia de autodefesa e se organizam dando início ao que se convencionou chamar de "reação católica". Esse movimento assumiu posição de destaque no contexto brasileiro a partir dos anos 20, configurando-se em um importante núcleo aglutinador da sociedade civil, ainda que restrito, basicamente, aos estratos médios e superiores. O "renascimento católico" se formalizou com a criação da revista *A Ordem* (1921) e do Centro D. Vital (1922), instituição que congregou a intelectualidade católica e da qual se irradiou, nas duas décadas seguintes, um amplo movimento de apostolado. (Schwartzman, <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm>)

Destacamos a expressão entregada “renascimento católico” como um exemplo do discurso que a linhas atrás comentei; a tentativa de não comentar as diferenças de cosmovisão dentro do campo católico. A nosso ver a chamada reação católica existiu em todo momento desde o início da República. O que aconteceu em 1928 foi a formulação de um equilíbrio político, portanto instável, do discurso endógeno ao campo católico romano.

Vamos a análise do discurso de Rui Barbosa aos operários do Rio de Janeiro em 20 de março de 1919 tendo como horizonte de análise a participação de Rui Babosa nas reuniões do grupo de estudo católico e nas palestras do padre João Gualberto.

A abertura do discurso é uma pergunta: “*Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos Urupês, de Monteiro Lobato?*”.³ Em seguida passa a descrevê-lo como um personagem formador de identidade do caboclo alheio ao processo histórico e temeroso do recrutamento. Esse personagem de hábitos de alimentação e moradia rudimentares não se inscreve na modernidade brasileira e é praticante de um catolicismo ligado a credências populares.

O caboclo que tem “*mobiliário cerebral*” equivalente ao seu casebre, “*rustico*”, acredita na palma benta, mezinhas e santo de mascate. Diz que a esse grupo de pessoas do “*piraquara do Paraíba*” a degenerescência é inata a sua raça. Ao caboclo “*o fatalismo cego o acorrenta na inércia*”.⁴

Depois de um retrato terrível do caboclo esclarece a intenção dos homens que exploram a nossa nacionalidade de sintetizar no Urupês todo o povo brasileiro. E aí separa o povo inerte descrito por Monteiro Lobato e aquele povo que ele, Rui Barbosa, estava dialogando, o operário.

Após uma crítica abstrata a política nacional elege o que seria, em sua opinião, as “*verdadeiras majestades*”: o direito, o merecimento, a razão, a lei e a pátria. E em nome do merecimento daqueles trabalhadores que “*elevais em inteligência; sim porque melhorais em moralidade*”⁵ que ele, Rui Barbosa, vai pronunciar o seu discurso. Justifica dizendo:

Não porque sejais o número. Não porque sejais a torrente. Não porque sejais a catarata. Não porque sejais o poder incoercível. Mas porque sois a barreira do poder. Mas porque sois o reservatório da vida. Mas porque sois o caudal

³http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a5.pdf

⁴ Idem p. 368

⁵ Idem p. 372

saneadora. Mas porque sois a soma das atividades, que constituem o trabalho, a união dos que não nutrem do cabedal alheio, o mundo limpo, claro e são dos que não tem o que esconder o de que vivem. (BARBOSA1919– p. 372)

A descrição positiva do trabalhador urbano validará a sua inscrição na modernidade que o Brasil desejava se inserir, o capitalismo industrial. Em pequeno número, mas com valores em sintonia com o processo de modernização os operários se tornam uma espécie de ícone para a superação da imagem do Brasil rural, atrasado, caboclo.

Para encerrar o seu raciocínio Rui Barbosa lança a seguinte frase de efeito: “*Os homens não se governam pela inconsciência do peso, mas pelo peso da consciência*”.⁶

Em seguida continua articulando as noções de quantidade e qualidade, mas agora lança não do recurso da exemplificação. O peso da consciência, a qualidade, teria como ilustração a Bélgica. Já a inconsciência do peso, a quantidade, era representada pela Rússia comunista em um contexto pós Primeira Guerra Mundial.

A escolha das exemplificações vai ao encontro de sua fala sobre o socialismo. Após desqualificar a Rússia, expõe sua crítica ao socialismo. O socialismo teria um “*fundo verdadeiro, com acessórios falsos*” ou “*um fundo errôneo, com acidentes justos*”. Esclarece que está ao lado dos operários em seus “*propósitos razoáveis*”, mas não está filiado ao socialismo por acreditar em um encaminhamento de modernidade alinhado ao paradigma legalista. Cito:

A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringida agora por uma extensão cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidade dos individuais, acastelada

⁶ Idem p. 372

cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.(BARBOSA 1919– p. 378)

Diante da questão social urbana, primeiro Rui Barbosa qualifica a minoria, em seguida dá um exemplo onde a quantidade não garante o sucesso. Em sua imagem de mundo, o socialismo seria desnecessário frente a evolução do direito que açambarcaria o conflito e o eliminaria pela normatização. Com esse movimento ele leva os seus ouvintes a uma reflexão que valoriza a qualidade moral que levaria naturalmente a uma solidariedade humana.

Em seguida diz que é a favor da democracia social preconizada pelo Cardeal Mercier junto aos operários de Malines. O cardeal Mercier era de um prelado belga. Sabemos que na região da Bélgica foi invadida durante as batalhas da Primeira Guerra e o cardeal Mercier foi importante na resistência a invasão germânica ao território belga.

Há uma necessidade de uma pesquisa maior sobre a biografia do Cardeal Mercier para conseguir aprofundar essa exemplificação, por hora destacamos a retórica de patriotismo contida em tal personagem da igreja católica apostólica romana. O fato da escolha de um padre atuante na Bélgica necessita um entendimento maior.

Consolidado o seu posicionamento, Rui Barbosa seguiu para outro ponto eleito como importante para pensar a “questão social” que foi a forma como foi feita a abolição no Brasil relacionando tal fato histórico com a condição operária. Em um tom otimista diz: “*O capital de agora é mais inteligente, e não tem direitos contra a humanidade*”⁷. O motivo da visão otimista se dava porque, para ele, o capitalismo trata o trabalho pelo prisma das relações contratuais, apesar dessa relação ser equitativas entre patrões e empregados.

⁷ Idem p. 378

Vale a pena retirar outro trecho do discurso:

Quando o coração me começou a vibrar dos sentimentos que me tem enchido a vida, o trabalho arfava acorrentado à rocha da escravidão, onde lhe dilacerava as entranhas o abutre da cobiça desumana. No dia em que o raio de Deus fundiu aquelas cadeias, bem sentimos nos outros, os que havíamos buscado colaborar na obra da Providência, adiantando-lhe a data, que se sobre granito, onde se acabavam de partir grilhões da raça cativa, se erguia um poder novo, um poder entre nós desconhecido, o poder, ainda inconsciente, do trabalho regenerado. (BARBOSA 1919 - 374)

O poder novo que garantiu a “*obra da Providência*” foi a República que o próprio Rui formatou lá em 1891. A maneira como a questão da abolição foi chamada por Rui Barbosa, ainda ecoa na História do Brasil. Isso demonstra que o tratamento teórico dado ao trabalho regenerado pela abolição passa pelo prisma normativo. O trabalho livre não regenera o indivíduo mais sim o campo do direito.

A nossa atenção também é chamada pela justificativa dada ao fim da escravidão. Adiantar a obra da Providência?

E segue descrevendo as mazelas da vida cotidiana de trabalhador urbano, as horas de trabalho, o trabalho de menores e das mulheres, a higiene, a saúde dos operários, acidentes de trabalho entre outras questões que não estavam regulamentadas. Ao constatar que estava tudo por ser feito, promove uma crítica aos projetos que estavam fora do paradigma legalista dizendo que eles estariam fugindo do campo do direito e caindo para a tutela legislativa. Para que o legislativo pudesse interferir na “questão social” primeiro era necessária uma reforma constitucional que desse tal prerrogativa ao Legislativo.

O tratamento teórico conjugado com as temáticas eleitas por Rui Barbosa confirma a sua filiação religiosa, campo católico não ortodoxo, e não seria um “drama religiosa” como procurou defender João de Scantimburgo. Somente com uma noção de obra complexa pode-se perceber como um texto de 1919 reafirma emoções religiosas que tentou-se silenciar em 1878.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, Rui – **A questão social e política no Brasil**, disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/ruibarbosa/p_a5.pdf.

BOURDIEU, Pierre .**O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Ilusões Biográficas**. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMANDO, Azevedo (org), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BARBOSA, Rui – **O Papa e o Concílio**. Volume 1. 2ª Edição. PR, Editora Leopoldo Machado, 2002.

FARIA, Luiz Castro Faria – **Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. O autor, o livro e a obra**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

SCANTINGURGO, João de – **O drama religioso de Rui Barbosa**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 1994.